



Câmara Municipal de Soledade de Minas - MG

Rua Profª. Rosina Magalhães Ferreira, nº. 134 – Centro – CEP: 37.478-000

CNPJ: 08.510.524/0001-34 - Telefax: (35) 3333-1105

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 18 /2026, DE 22/07/2026

Regulamenta a utilização do Sistema de Pagamentos Instantâneos – Pix no âmbito da Câmara Municipal de Soledade de Minas e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SOLEDADE DE MINAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 33, incisos I e II, da Lei Orgânica Municipal combinados com o artigo 7º, inciso III, do Regimento Interno desta Egrégia Casa Legislativa, faz saber que o Plenário aprova e remete à sanção do Chefe do Poder Executivo Municipal, a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica autorizada a utilização do Sistema de Pagamentos Instantâneos – Pix para a realização de pagamentos e recebimentos no âmbito da Câmara Municipal de Soledade de Minas, observadas as disposições desta lei e as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

§ 1º A utilização do Pix constitui modalidade de movimentação financeira, não afastando o cumprimento das normas relativas à execução orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, contratual e administrativa.

§ 2º As movimentações por meio do Pix somente poderão ocorrer em contas bancárias oficiais de titularidade da Câmara Municipal de Soledade de Minas.

§ 3º A utilização do Pix deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, transparência, segurança, segregação de funções e rastreabilidade.

Art. 2º Para os fins desta Resolução, considera-se:

I – Pix: arranjo de pagamentos instantâneos instituído e regulamentado pelo Banco Central do Brasil;

II – chave Pix: informação vinculada a uma conta bancária ou conta de pagamento, utilizada



Câmara Municipal de Soledade de Minas - MG

Rua Profª. Rosina Magalhães Ferreira, nº. 134 – Centro – CEP: 37.478-000

CNPJ: 08.510.524/0001-34 - Telefax: (35) 3333-1105

para identificar o recebedor da transferência;

III – QR Code Pix: código estático ou dinâmico utilizado para iniciar uma transação pelo Sistema de Pagamentos Instantâneos;

IV – conta oficial: conta bancária aberta em nome e vinculada ao CNPJ da Câmara Municipal de Soledade de Minas;

V – comprovante de transação: documento eletrônico emitido pela instituição financeira que demonstre a realização, a data, o horário, o valor e a identificação do pagador e do recebedor;

VI – ordem de pagamento: despacho ou documento emitido pela autoridade competente determinando que a despesa regularmente liquidada seja paga.

CAPÍTULO II

DOS PAGAMENTOS POR MEIO DO PIX

Art. 3º Poderão ser efetuados por meio do Pix, entre outros legalmente cabíveis, os pagamentos referentes a:

- I** – aquisição de bens e contratação de serviços;
- II** – tributos, contribuições, tarifas, taxas, encargos e demais obrigações legais;
- III** – faturas de serviços públicos e outras despesas de consumo;
- IV** – remunerações, benefícios, indenizações, diárias, adiantamentos, restituições, ressarcimentos e reembolsos, quando legalmente devidos;
- V** – devoluções de valores e reposições financeiras;
- VI** – cumprimento de decisões judiciais ou administrativas;
- VII** – outras despesas regularmente processadas e autorizadas pela autoridade competente.

Parágrafo único. A realização de pagamentos por meio do Pix não afasta a observância de eventual contrato bancário, convênio de folha de pagamento ou norma específica aplicável à natureza da despesa.

Art. 4º O pagamento por meio do Pix somente poderá ser realizado após:



Câmara Municipal de Soledade de Minas - MG

Rua Profª. Rosina Magalhães Ferreira, nº. 134 – Centro – CEP: 37.478-000

CNPJ: 08.510.524/0001-34 - Telefax: (35) 3333-1105

- I – a existência de dotação orçamentária suficiente, quando se tratar de despesa orçamentária;
- II – a emissão do respectivo empenho, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas;
- III – a regular liquidação da despesa, mediante a verificação do direito adquirido pelo credor;
- IV – a emissão da ordem de pagamento pela autoridade competente;
- V – a conferência da documentação fiscal, contratual e administrativa pertinente;
- VI – a confirmação da identidade do beneficiário e da titularidade da conta de destino;
- VII – a autorização dos agentes formalmente competentes para movimentar a conta bancária da Câmara Municipal.

Parágrafo Único. O Pix constitui exclusivamente meio de transferência financeira, não substituindo os procedimentos de empenho, liquidação, autorização e pagamento da despesa.

Art. 5º Antes da confirmação da transação, o servidor responsável deverá conferir obrigatoriamente:

- I – o nome ou a razão social do recebedor;
- II – o CPF ou CNPJ do recebedor, quando disponibilizado pela instituição financeira;
- III – o valor da transação;
- IV – a instituição financeira destinatária;
- V – a titularidade da conta;
- VI – a correspondência entre os dados apresentados pela instituição financeira e os documentos constantes do processo de despesa.

§ 1º O pagamento deverá ser realizado diretamente ao credor identificado no processo administrativo, sendo vedada a transferência para conta de terceiro.

§ 2º Excepcionalmente, poderá ser efetuado pagamento a procurador, representante legal, cessionário ou terceiro legalmente legitimado, desde que a situação esteja formalmente comprovada, autorizada e justificada no processo administrativo.

§ 3º No caso de empresário individual ou microempreendedor individual, poderá ser utilizada conta vinculada ao CPF do titular, desde que comprovada a correspondência entre o titular da conta



Câmara Municipal de Soledade de Minas - MG

Rua Profª. Rosina Magalhães Ferreira, nº. 134 – Centro – CEP: 37.478-000

CNPJ: 08.510.524/0001-34 - Telefax: (35) 3333-1105

e o responsável pelo CNPJ contratado.

§ 4º Havendo divergência entre os dados apresentados pelo sistema bancário e os documentos constantes do processo, a operação não deverá ser concluída até que a situação seja devidamente esclarecida.

Art. 6º A indicação da chave Pix pelo credor deverá ocorrer por documento escrito ou eletrônico que permita a identificação de sua origem e autenticidade, contendo, no mínimo:

I – nome ou razão social;

II – CPF ou CNPJ;

III – tipo e identificação da chave Pix;

IV – instituição financeira;

V – declaração de que a chave indicada está vinculada a conta de sua titularidade;

VI – assinatura física ou eletrônica do credor ou de seu representante.

§ 1º A indicação da chave Pix poderá constar da proposta comercial, do contrato, da nota fiscal, de formulário próprio ou de outro documento formalmente juntado ao processo.

§ 2º Não será aceita alteração de chave Pix comunicada exclusivamente por ligação telefônica, mensagem instantânea ou outro meio informal.

§ 3º A alteração dos dados bancários deverá ser formalizada e submetida a nova conferência, preferencialmente mediante contato realizado por canal anteriormente cadastrado no processo.

§ 4º Sempre que possível, os fornecedores pessoas jurídicas deverão indicar chave Pix vinculada ao respectivo CNPJ ou chave aleatória vinculada à conta bancária da empresa.

Art. 7º O comprovante da transação Pix deverá ser imediatamente juntado ao respectivo processo de pagamento.

§ 1º O comprovante deverá permitir a identificação da transação, do valor, da data, do pagador, do recebedor e da instituição financeira destinatária.

§ 2º O comprovante emitido pelo aplicativo ou sistema bancário não substitui a nota fiscal, o recibo, o relatório de fiscalização, o atesto, a liquidação ou qualquer outro documento necessário à



Câmara Municipal de Soledade de Minas - MG

Rua Profª. Rosina Magalhães Ferreira, nº. 134 – Centro – CEP: 37.478-000

CNPJ: 08.510.524/0001-34 - Telefax: (35) 3333-1105

comprovação da despesa.

§ 3º Quando o comprovante apresentar dados pessoais ou bancários não necessários à transparência pública, deverão ser adotadas medidas de ocultação ou restrição de acesso, preservando-se a versão integral no processo administrativo.

CAPÍTULO III

DOS RECEBIMENTOS POR MEIO DO PIX

Art. 8º A Câmara Municipal poderá receber por meio do Pix:

I – transferências financeiras legalmente devidas;

II – restituições, devoluções e ressarcimentos;

III – reposições ao erário;

IV – devoluções de diárias, adiantamentos ou valores pagos indevidamente;

V – receitas e outros ingressos legalmente cabíveis;

VI – outros valores destinados à Câmara Municipal, desde que devidamente identificados, registrados e contabilizados.

Art. 9º A chave Pix utilizada para o recebimento de recursos deverá estar vinculada exclusivamente a conta oficial da Câmara Municipal.

§ 1º A instituição, alteração ou exclusão de chave Pix dependerá de autorização do Presidente da Câmara Municipal e deverá ser formalmente comunicada aos setores de Contabilidade, Tesouraria e Controle Interno.

§ 2º É vedada a utilização de chave Pix pertencente a vereador, servidor, prestador de serviço ou qualquer outra pessoa física ou jurídica estranha à titularidade da conta oficial.

§ 3º A divulgação da chave Pix oficial deverá ocorrer somente pelos canais institucionais da Câmara Municipal.

§ 4º A Câmara Municipal deverá manter registro atualizado das chaves Pix vinculadas às suas contas bancárias oficiais.



Câmara Municipal de Soledade de Minas - MG

Rua Profª. Rosina Magalhães Ferreira, nº. 134 – Centro – CEP: 37.478-000

CNPJ: 08.510.524/0001-34 - Telefax: (35) 3333-1105

Art. 10. Todo valor recebido por meio do Pix deverá ser:

- I – identificado quanto à origem, ao pagador e à finalidade;
- II – registrado no sistema contábil e financeiro;
- III – classificado de acordo com sua natureza orçamentária ou extraorçamentária;
- IV – conciliado com o extrato da respectiva conta bancária;
- V – vinculado ao processo administrativo ou documento de origem.

§ 1º Os valores recebidos sem identificação ou sem causa conhecida deverão ser registrados em conta contábil adequada até que seja apurada sua origem e destinação.

§ 2º A devolução de valor recebido indevidamente deverá ser precedida de processo administrativo simplificado contendo, no mínimo:

- I – a identificação da transação originária;
- II – a identificação do pagador;
- III – a justificativa para a devolução;
- IV – a manifestação do setor contábil ou financeiro;
- V – a autorização da autoridade competente.

§ 3º Sempre que possível, a devolução deverá ser realizada por meio da funcionalidade própria de devolução do Pix, diretamente à conta de origem.

CAPÍTULO IV

DA SEGURANÇA E DO CONTROLE

Art. 11. O acesso aos sistemas bancários e a realização de transações por meio do Pix serão restritos aos agentes públicos formalmente autorizados.

§ 1º As credenciais, senhas, tokens, certificados digitais e códigos de acesso são pessoais e intransferíveis, sendo vedado o seu compartilhamento.

§ 2º As operações deverão ser realizadas por meio de equipamentos institucionais ou



Câmara Municipal de Soledade de Minas - MG

Rua Profª. Rosina Magalhães Ferreira, nº. 134 – Centro – CEP: 37.478-000

CNPJ: 08.510.524/0001-34 - Telefax: (35) 3333-1105

expressamente autorizados, dotados de mecanismos de segurança e proteção atualizados.

§ 3º Quando disponibilizada pela instituição financeira, deverá ser utilizada sistemática de dupla autorização para a conclusão das transações.

§ 4º Os limites de movimentação por Pix deverão ser definidos de acordo com as necessidades da Câmara Municipal, evitando-se a manutenção de limites superiores aos necessários.

§ 5º O acesso aos sistemas bancários deverá ser imediatamente revogado em caso de exoneração, afastamento, alteração de atribuições ou perda da autorização do agente responsável.

Art. 12. É expressamente vedado:

- I – realizar pagamento sem prévio processo administrativo, contábil ou financeiro;
- II – efetuar transferência com fundamento apenas em mensagem, solicitação verbal ou documento cuja autenticidade não tenha sido confirmada;
- III – utilizar conta bancária ou chave Pix particular para movimentar recursos da Câmara Municipal;
- IV – realizar pagamento a credor diverso daquele indicado no processo, ressalvadas as hipóteses legalmente comprovadas;
- V – fracionar despesas ou pagamentos para evitar controles, limites ou procedimentos legais;
- VI – compartilhar senhas, tokens, códigos de autenticação, certificados ou dispositivos de segurança;
- VII – divulgar dados bancários, chaves, comprovantes ou informações pessoais além do necessário ao cumprimento das obrigações legais;
- VIII – utilizar o Pix para antecipar pagamento sem previsão legal, contratual ou justificativa formal;
- IX – concluir transação quando houver divergência entre o beneficiário apresentado pelo sistema bancário e o credor constante do processo;
- X – armazenar senhas ou códigos de acesso em locais desprotegidos ou de livre acesso;
- XI – utilizar dispositivos particulares não autorizados para realizar movimentações



Câmara Municipal de Soledade de Minas - MG

Rua Profª. Rosina Magalhães Ferreira, nº. 134 – Centro – CEP: 37.478-000

CNPJ: 08.510.524/0001-34 - Telefax: (35) 3333-1105

CAPÍTULO V

DOS INCIDENTES E DAS RESPONSABILIDADES

Art. 13. Qualquer suspeita de fraude, erro, acesso indevido, desvio de recursos, comprometimento de credenciais ou transação não reconhecida deverá ser imediatamente comunicada:

I – à instituição financeira;

II – ao Presidente da Câmara Municipal;

III – ao responsável pela Contabilidade ou Tesouraria;

IV – ao Controle Interno;

V – às autoridades policiais e aos demais órgãos competentes, quando cabível.

§ 1º Verificada a ocorrência de incidente, deverão ser adotadas imediatamente as providências necessárias:

I – ao bloqueio dos acessos e das credenciais comprometidas;

II – à tentativa de bloqueio ou recuperação dos valores;

III – à preservação dos documentos, registros e demais provas;

IV – à apuração dos fatos e das responsabilidades;

V – à correção dos registros contábeis e financeiros, quando necessária.

§ 2º A ocorrência deverá ser formalmente registrada em processo administrativo próprio.

Art. 14. O agente público que realizar, autorizar ou concorrer para a realização de transação em desacordo com esta Lei ficará sujeito à apuração de responsabilidade administrativa, civil e penal, sem prejuízo do dever de ressarcir eventual dano causado ao erário.

Parágrafo único. A responsabilidade deverá ser apurada mediante procedimento próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



Câmara Municipal de Soledade de Minas - MG

Rua Profª. Rosina Magalhães Ferreira, nº. 134 – Centro – CEP: 37.478-000

CNPJ: 08.510.524/0001-34 - Telefax: (35) 3333-1105

CAPÍTULO VI

DA TRANSPARÊNCIA E DA PROTEÇÃO DE DADOS

Art. 15. Os pagamentos realizados por meio do Pix deverão ser divulgados no Portal da Transparência da Câmara Municipal nos mesmos termos aplicáveis às demais formas de pagamento.

§ 1º A publicidade deverá contemplar, conforme a legislação aplicável:

I – a identificação do credor;

II – o objeto da despesa;

III – o valor e a data do pagamento;

IV – o número do empenho;

V – o procedimento licitatório, a contratação direta ou o contrato relacionado, quando houver;

VI – as demais informações necessárias ao controle social.

§ 2º Não serão divulgadas integralmente chaves Pix, números de contas bancárias, códigos de autenticação, credenciais, identificadores técnicos ou outros dados que possam comprometer a segurança financeira ou a proteção de dados pessoais.

§ 3º O tratamento de dados pessoais deverá observar a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

CAPÍTULO VII

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 16. Compete ao Presidente da Câmara Municipal:

a) autorizar a movimentação financeira;

b) definir os limites de transação;

c) indicar formalmente os agentes autorizados a acessar e movimentar as contas bancárias;

d) determinar a apuração de eventuais irregularidades;

CAPÍTULO VIII



Câmara Municipal de Soledade de Minas - MG

Rua Profª. Rosina Magalhães Ferreira, nº. 134 – Centro – CEP: 37.478-000

CNPJ: 08.510.524/0001-34 - Telefax: (35) 3333-1105

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. A utilização do Pix não será obrigatória quando outro meio de pagamento se revelar mais seguro, econômico ou adequado ao interesse público.

Art. 18. A Presidência poderá expedir instruções complementares e instituir formulários, declarações, fluxos de conferência e rotinas de segurança necessários à execução desta Resolução.

Art. 19. As instituições financeiras responsáveis pelas contas da Câmara Municipal poderão ser consultadas para a definição de limites, perfis de acesso, dupla autorização e demais mecanismos de segurança.

Art. 20. Os casos omissos serão decididos pela Presidência, após manifestação dos setores contábil, jurídico ou de controle interno, conforme a natureza da matéria.

Art. 21. As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Soledade de Minas/MG, 22 de julho de 2026.

Paulino Maciel Bacelar

Presidente

Lindomar Arantes de Carvalho

Vice-Presidente

Reinaldo dos Santos

Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE SOLEDADE DE MINAS	
Tudo o objeto de deliberação por	
<u>unanimidade</u> e encaminhado às	
comissões competentes para apreciação.	
Data das Sessões <u>03/08/26</u>	
Presidente	

Paulino Maciel Bacelar
Presidente



Câmara Municipal de Soledade de Minas - MG

Rua Profª. Rosina Magalhães Ferreira, nº. 134 – Centro – CEP: 37.478-000

CNPJ: 08.510.524/0001-34 - Telefax: (35) 3333-1105

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Resolução tem por objetivo regulamentar a utilização do Sistema de Pagamentos Instantâneos – Pix no âmbito da Câmara Municipal de Soledade de Minas, estabelecendo critérios de segurança, controle, transparência e regularidade para a realização de pagamentos e recebimentos.

Atualmente, em razão do procedimento de credenciamento (Pregão realizado pela Câmara Municipal, a instituição financeira **Sicoob** é responsável pela movimentação dos valores depositados nas contas bancárias oficiais do Poder Legislativo.

Ocorre que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE não aceita o pagamento de suas faturas por intermédio de instituição financeira privada, circunstância que impede a quitação das obrigações pelo procedimento bancário ordinariamente utilizado pela Câmara Municipal.

Diante dessa limitação operacional, torna-se necessária a regulamentação do pagamento por meio do Pix, possibilitando que as faturas e demais obrigações sejam quitadas diretamente pelas contas oficiais da Câmara Municipal, de forma instantânea, identificável e rastreável, sem alteração da titularidade dos recursos e sem afastamento dos controles próprios da Administração Pública.

A utilização do Pix permitirá solucionar a dificuldade verificada no pagamento das faturas do SAAE, além de conferir maior eficiência, agilidade e economicidade às movimentações financeiras, especialmente nas situações em que os meios tradicionais de pagamento não estejam disponíveis ou não sejam aceitos pelo credor.

Ressalta-se que o Pix constitui apenas um meio eletrônico de transferência de recursos, não dispensando a observância das fases legais da despesa pública, especialmente a existência de dotação orçamentária, o prévio empenho, a regular liquidação, a emissão da ordem de pagamento, a autorização da autoridade competente, o registro contábil e a posterior conciliação bancária.



Câmara Municipal de Soledade de Minas - MG

Rua Profª. Rosina Magalhães Ferreira, nº. 134 – Centro – CEP: 37.478-000

CNPJ: 08.510.524/0001-34 - Telefax: (35) 3333-1105

A proposição também estabelece mecanismos destinados à prevenção de fraudes e erros, como a conferência da titularidade da conta destinatária, a formalização da indicação da chave Pix, a limitação dos agentes autorizados, a segregação de funções, a juntada do comprovante ao processo de pagamento e a fiscalização pelo Controle Interno.

Assim, a regulamentação pretendida não representa flexibilização dos controles administrativos, mas a adequação dos procedimentos financeiros da Câmara Municipal às atuais ferramentas de pagamento, garantindo a continuidade e a pontualidade no cumprimento de suas obrigações.

Diante da necessidade de viabilizar o pagamento das faturas do SAAE e de modernizar os procedimentos de movimentação financeira, submete-se o presente Projeto de Resolução à apreciação dos nobres Vereadores.

Soledade de Minas, 20 de julho de 2026.


Paulino Maciel Bacelar

Presidente


Lindomar Arantes de Carvalho

Vice-Presidente


Reinaldo dos Santos
Secretário